

## Departamento de Relações Institucionais



### **ACONTECE NO CONGRESSO NACIONAL De 10 a 13 de junho de 2019**

Semana de destaque com a apresentação de relatório do deputado Samuel Moreira a **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6 de 2019** (Reforma da Previdência), que nasceu obesa e segue em inanição. Foram feitos alguns ajustes, mas continua a retirar direitos dos trabalhadores.

O cenário político de falta de governabilidade do poder executivo federal continua, visto as derrotas que o governo sofreu novamente nesta semana, como a derrubada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, do decreto que flexibiliza porte de arma emitido pelo Governo Bolsonaro e também foi a aprovação da PEC 91/2019, que divide de forma mais equilibrada, entre Câmara e Senado, o tempo de tramitação das medidas provisórias.

A demonstração da falta de articulação do Executivo e o Congresso Nacional foi a aprovação do requerimento na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, que convocava e transformada em convite o ministro Sergio Moro a fim de prestar esclarecimentos sobre a denúncia feita pelo site The Intercept Brasil.

Outro destaque foi a decisão do Supremo Tribunal Federal que proíbe Bolsonaro de fechar conselhos federais, onde um ministro da Corte Suprema afirmou que o governo está governando por decretos, afrontando a Carta Magna do País.



## Plenário

Rejeitado na cédula eletrônica o **veto 40 de 2018**, que trata de isenções tributárias sobre comercialização de veículos no Brasil; institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas.

Rejeitado na cédula eletrônica o **veto 3 de 2019**, que trata sobre os fundos patrimoniais, autorizando a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais.

Mantido na cédula eletrônica o **veto 8 de 2019**, que trata sobre a Executoriedade das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.

Rejeitado na cédula eletrônica o **veto 11 de 2019**, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/Aids aposentada por invalidez.

Rejeitado na cédula eletrônica o **veto 14 de 2019**, sobre a anistia de multas a partidos políticos.

Aprovado na forma do Substitutivo o **Projeto de Lei do Congresso Nacional 4 de 2019**, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 248.915.621.661,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Vai à sanção.



## PEC 6/2019

Apresentado o relatório pelo relator deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) na Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6 de 2019, que trata da reforma da Previdência.

[Veja a nota aqui.](#)

## Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

### Proteção ao trabalho do idoso

Aprovado o parecer do **Projeto de Lei 6.685 de 2009**, de autoria da então senadora Lúcia Vânia, propondo alteração da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso, fixando a jornada de trabalho do idoso em 8 horas diárias e poderá ser prorrogada em duas hipóteses: I – mediante convenção ou acordo coletivo, em até 2 horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 44 horas semanais ou outro inferior legalmente fixado; II – excepcionalmente, por motivo de força maior, a jornada poderá se estender até o máximo de 12 horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, 50% sobre a hora normal, e desde que o trabalho do idoso seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

[Veja a nota aqui.](#)



## Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

### **Amplia a estabilidade provisória gestacional**

Aprovado o parecer do **Projeto de Lei 189 de 2019**, de iniciativa do deputado Roberto de Lucena, para acrescentar o inciso III, no artigo 1º, da Lei do Programa Empresa Cidadã, para ampliar a estabilidade provisória gestacional, com relatório do deputado Vinicius Carvalho concluindo pela aprovação do projeto.

[Veja a nota aqui.](#)

## Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

### **Debater o programa de prevenção à agressão contra as mulheres**

Aprovado o **Requerimento 33 de 2019**, de iniciativa da deputada Rosana Valle, requerendo a realização de audiência pública para discutir o programa de prevenção à agressão contra as mulheres intitulado Homem Sim, Consciente Também.

[Veja a nota aqui.](#)

### **Debater os impactos do pacote anticrime**

Aprovado o **Requerimento 35 de 2019**, de iniciativa da deputada Sâmia Bomfim, que requer a realização de audiência pública para discutir os Impactos do Pacote Anticrime e da flexibilização do acesso a armas de fogo nos indicadores de feminicídio e de violência contra a mulher.

[Veja a nota aqui.](#)

### **Proteção às mulheres em estabelecimentos públicos de lazer**

Aprovado o parecer do **Projeto de Lei 124 de 2019**, de iniciativa da deputada Renata Abreu, que dispõe sobre medidas de segurança a serem adotadas por administradores de bares, casas de shows, restaurantes e estabelecimentos similares, visando à proteção das mulheres em suas dependências.

[Veja a nota aqui.](#)

### **Saúde integral à Mulher no SUS**

Aprovado o parecer do **Projeto de Lei 119 de 2019**, de iniciativa da deputada Renata Abreu, para ampliar a atuação do Sistema Único de Saúde na saúde integral da Mulher.

[Veja a nota aqui.](#)

## Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

### **Debater os impactos na vida das Mulheres na Reforma da Previdência**

Realizado a audiência pública para discutir e avaliar os impactos da proposta de Reforma da Previdência na vida das mulheres, com as participações dos seguintes convidados: representante do Ministério da Economia: Joana Mostafa, economista e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Luana Simões Pinheiro, pesquisadora da Coordenação de Gênero, Raça e Gerações do IPEA; Roseli Faria, diretora executiva da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (ASSECOR).

[Veja a nota aqui.](#)



## Plenário

### **Novas regras para apreciação de Medida Provisória**

Aprovado a **Proposta de Emenda à Constituição 91 de 2019**, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

[Veja a nota aqui](#)

## Comissão de Assuntos Econômicos

### **Reduz o desconto do empréstimo consignado em 15% da remuneração do trabalhador**

Aprovado o parecer do **Projeto de Lei 1.763 de 2019**, de autoria do senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito.

[Veja a nota aqui.](#)

## Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

### **Indicação de ministro para o Tribunal Superior do Trabalho**

Aprovado o parecer de indicação referente a **Mensagem 19 de 2019**, de iniciativa da presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação de Evandro Pereira Valadão Lopes, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

## Comissão de Assuntos Sociais

### **Saque o FGTS para trabalhador acometido de doença de Alzheimer ou Parkinson**

Aprovado o parecer do **Projeto de Lei do Senado 30 de 2018**, de iniciativa do senador Paulo Paim, para alterar a Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço a fim de permitir o saque para àquelas pessoas acometidas da doença de Alzheimer ou da doença de Parkinson, com relatório do senador Flavio Arns concluindo pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta, a primeira para modificar a ementa do projeto com o objetivo de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço àquelas pessoas acometidas por doença ou condição grave, degenerativa ou incapacitante, em qualquer estágio de sua evolução; e a segunda emenda a fim possibilitar o saque do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição grave, degenerativa ou incapacitante, em qualquer estágio de sua evolução, nos termos do regulamento.

[Veja a nota aqui.](#)

### **Debater as demissões em massa**

Aprovado o **Requerimento 69 de 2019**, de autoria dos senadores Soraya Thronicke, Paulo Paim e Rose de Freitas, para que seja realizada audiência pública com o objetivo de instruir o PLS. 132/2018, que dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, com a participação dos seguintes convidados: Ângelo Fabiano, presidente da ANPT; Luis Alberto, representante do DIAP; dentre outros.

[Veja a nota aqui.](#)



### **Comissão Mista da Medida Provisória 881 de 2019 – Liberdade Empresarial**

Suspensa a primeira reunião de instalação e eleição do presidente e vice-presidente da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 881 de 2019, que institui a declaração de direitos de liberdade econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências.

[Veja a nota aqui.](#)

### **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (continuação)**

#### **Debater a importância das NRs na vida laborativa com segurança**

Aprovado o **Requerimento 64 de 2019**, de autoria do senador Paulo Paim, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância das Normas Regulamentadoras (NRs) para a segurança e a saúde dos trabalhadores.

[Veja a nota aqui.](#)

Brasília-DF, 14 de junho de 2019.

**Relações Institucionais da CNTC**

*É permitida a reprodução desde que citada a fonte.*